



DA COLÔNIA AO IMPÉRIO ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL

FROM COLONY TO EMPIRE STUDIES ON THE HISTORY OF BRAZIL

MARIA BEATRIZ GOMES BELLENS PORTO

<https://orcid.org/0000-0002-4146-1124>

Doutora em História pela UFRJ

Professora da UNIRIO-CEDERJ/Educação básica

mbporto@gmail.com

THIAGO GROH

<https://orcid.org/0000-0002-5459-7143>

Doutor em História pela UFRJ

Professor da (UFNT)

thgroh@uft.edu.br

A historiografia brasileira foi durante muitos anos, por uma série de questões, dominada pelos estudos sobre o período colonial e imperial, que acabaram deixando uma sua marca na formação do conhecimento histórico no Brasil. Somente nos anos de 1980 e 1990, juntamente com o processo de redemocratização do Brasil as análises sobre a história do Brasil República e do período mais recente começaram a ganhar corpo dentro da historiografia no Brasil.

No entanto, apesar do período colonial e imperial abarcar uma série de temas, foram as questões raciais, étnicas, da miscigenação tomaram conta dos primeiros estudos acerca da história do Brasil, fosse por memorialista e historiadores do século XIX, tais como Saint Hilaire, Varnhagen, Capistrano de Abreu e ou mesmo pelos primeiros historiadores e sociólogos do século XX, a exemplo de Freyre, Buarque de Holanda e Caio Prado Junior. Isso foi determinando a compreensão do processo formativo do Brasil, que também passa a ter suas interpretações nas teorias marxista, estruturalistas do tempo braudeliano, que marcou os anos os anos de 1970-1980, quando a escola inaugurada por Fernando Novais e a Crise do Antigo Sistema Colonial, provoca uma renovação nas perspectivas de análises e no ensino de História. Porém, somente na virada do século XX para o XXI que a historiografia colonial foi revisitada com ênfase sobre o debate em torno de novas abordagens e possibilidades de estudos sobre o período a partir, sobretudo, da obra coletiva organizada por João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho, *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial*



*portuguesa (XVI-XVIII)*¹ publicado no ano de 2001. O prefaciador do livro, A. J. R. Russell-Wood, afirma que a obra é o resultado de uma geração de historiadores brasileiros que concluíram seus doutorados entre meados dos anos 1980 e 1990, que passa a pensar a questão colonial a partir da perspectiva do Império ultramarino português, buscando as conexões entre as partes do império através da documentação depositada em diferentes arquivos do Brasil e de Portugal, sobretudo.

A publicação da obra provocou grande debate, principalmente em relação a questão da perspectiva de análise das relações coloniais a partir da ideia de pacto colonial, oxigenando os estudos sobre o período, que passados 20 anos ainda reverberam nos estudos sobre o período colonial. De certo modo, tal debate também atingiu os estudos sobre o período imperial do Brasil, mas, é principalmente a celebração de duas importantes efemérides que trazem luz nova aos estudos do período. A primeira, a celebração dos 200 anos da chegada da família real ao Brasil em 2008 e a segunda o Bicentenário da Independência, em 2022. Ambas provocam uma série de publicações no Brasil e em Portugal sobre o século XIX no Brasil, e tal como os debates acerca do período colonial, também oxigenada pelo acesso a diferentes arquivos por parte dos estudiosos do tema. Vale lembrar aqui, que na primeira década desse século os investimentos nas Universidades Públicas, em pesquisa e formação de cientistas foram bem generosos e possibilitaram não apenas o intercâmbio com outras universidades no exterior, como também a circulação de pesquisadores e o estabelecimento de jovens doutores nas universidades. O que, infelizmente, se esgotou na virada de década, com governos que disputavam a narrativa sobre a construção do Brasil, negando temas tão caros e abordagens que contemplam pensar se estamos, independentes nos mais diversos sentidos do conceito e que tentaram e tentam olhar a História com lentes positivistas e ufanistas.

Seguindo a oxigenação, o dossiê que apresentamos procura dar conta do desenvolvimento dessa historiografia e apresentar ao público as produções mais recentes sobre os períodos colonial e imperial do Brasil. Os nove textos que trazemos aqui primam por apontar os resultados mais recentes da pesquisa histórica e pedagógica no Brasil e sua pluralidade, a medida em que se traz ao leitor trabalhos desenvolvidos em diferentes universidades do Brasil e nas suas diferentes regiões.

¹ FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima. O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.



Homens de armas e negócios: a trajetória dos mercadores Miguel Fernandes e Miguel Gomes Bravo entre as defesas atlânticas e a conquista de Sergipe D'El-Rey (1587-1590) de Mozart Vergetti de Menezes e Maria Eduarda de Medeiros Brandão, abrem nosso dossiê, com a análise da trajetória de dois mercadores cristãos-novos no Brasil e nos Açores no final do século XVI. Um trabalho de micro história que abrange a circulação de pessoas, as redes e o comércio nas capitanias do norte do Brasil e a relação entre comércio e conflitos militares.

Arnaldo M. Szlachta Junior, Sezinando Luiz Menezes e Felipe Augusto Fernandes Borges, debruçam-se sobre o primeiro quartel do século XVII para refletir sobre a obra de Serafim Freitas “Do justo império asiático do Portugueses”, o que aborda a legitimidade do domínio português sobre os mares em detrimento das outras nações europeias que iniciavam suas jornadas sobre os mares para expandirem e estabelecerem domínios além da Europa. O artigo *Querelas sobre os mares; as disputas entre Países Baixos e Portugal no contexto da era filipina, pela tese “do justo império dos portugueses na Ásia” de Serafim Freitas (1609-1625)* mostra não somente as disputas entre as nações europeias por domínios de rotas e territórios no além-mar, como também as misturas entre fé, razão e leis para a elaboração dos argumentos em prol de Portugal por Serafim Freitas.

O terceiro e quarto texto têm a Inquisição como fio condutor das análises propostas. *Desacreditar o recto procedimento do Santo Ofício, fazendo-se passar por seu oficial: impostores em nome da Inquisição (Bahia, 1610-1797)* de Felipe dos Santos, reflete sobre as relações de poder no Antigo Regime por meio da outorga de títulos de agentes oficiais do Santo Ofício e o uso indevido desse por indivíduos na Bahia em busca de prestígio e/ou de poder com diferentes objetivos. O artigo de Santos ainda apresenta ao leitor o imaginário inquisitorial que existia junto a população da Bahia colonial, de modo que apresentar-se como agente do Santo Ofício ou familiar dava ao sujeito certo prestígio, além de não suscitar qualquer suspeita inicial sobre esse indivíduo. Muito se dava pelo fato de que a Inquisição, que existiu por quase 300 anos em Portugal, não estabeleceu um tribunal no Brasil ou mesmo uma frequência de visitas.

Por sua vez, Sezinando Luiz Menezes e Júlia Piovesan Pereira apresentam o texto *A visita do Santo Ofício ao Grão-Pará e Maranhão e suas excepcionalidades (1763-1769)*, onde analisam a última visitação do Tribunal ao Brasil, quase no apagar das luzes dessa instituição, que se encerrou em 1821. Menezes e Pereira tomam o “Livro das Visitações do Santo Ofício



da Inquisição ao Grão-Pará” como base para analisar as excepcionalidades e compreender o contexto da visitação, apresentando ao leitor a diversidade social do Brasil e suas dinâmicas sociais pelas práticas sincréticas que aparecem nas denúncias ao Tribunal.

O artigo seguinte de autoria de Eduardo Augusto Santana, *A cultura material enquanto resultante e legitimadora da ordem social estabelecida na sociedade açucareira da Zona da Mata Sul pernambucana*, revela ao leitor a cultura material no período colonial na região da Mata Sul de Pernambuco, mostrando a vida na sociedade açucareira e como as questões materiais refletiam e legitimavam práticas dessa sociedade. Fechando assim um primeiro momento do dossiê, marcado pela temporalidade colonial.

Antonio Jorge Souza Amorim nos apresenta a trajetória de Zacarias Gois e Vasconcelos, advogado, legislador, que buscou compreender a questão do famigerado Poder Moderador, criado pelo D. Pedro I na primeira constituição do Brasil de 1824 como um quarto poder exclusivo do imperador. O artigo *Das Terras Do Una À Corte, Zacarias de Góis e Vasconcelos: um Anti-Poder Moderador no século XIX*, apresenta não apenas o debate em torno do Poder Moderador, mas a relevância do estudo da biografia histórica. Já Regina de Carvalho Ribeiro apresenta ao leitor uma acurada análise da obra “História das lutas com os holandeses no Brasil” do historiador Francisco Adolfo Varnhagen, nome imprescindível para a compreensão da historiografia brasileira no artigo *Fontes da tradição nacionalista sobre as “invasões holandesas”: o uso das narrativas da “guerra basílica” por Francisco Adolfo de Varnhagen*. Ribeiro demonstra como as crônicas sobre a “guerra basílica” são utilizadas por Varnhagen na composição de sua obra, identificando elementos fundantes da historiografia brasileira entre o final do século XIX e início do XX.

Por fim, apresentamos dois textos que se debruçam sobre a questão do livro didático de história e do Ensino de História. Magno Francisco de Jesus Santos e Ane Luíse Silva Mecnas Santos, nos apresentam a professora Isabel Gondim, professora primária no Rio Grande do Norte, que publicou livros escolares no período entre 1873-1913 em *“Nos plácidos campos do papel, aos golpes da pena”*: *Isabel Gondim e a recepção dos livros escolares de História do Brasil (1873-1913)*. Os autores analisam a produção historiográfica da professora e a influência da demanda por livros, permitindo aos leitores do texto conhecer um pouco mais sobre a história dos livros escolares no Brasil. O último artigo *A História do Brasil em Manuel Aires de Casal: uma análise na perspectiva da cultura histórica rüseniana* de Larissa Klosowski de Paula,



procura compreender a partir da cultura histórica de Jörn Rüsen a escrita da história do Brasil em “Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil,” do padre Manuel Aires de Casal, pontuando questões pertinentes para o entendimento do desenvolvimento da historiografia e do ensino de história no Brasil.

Com esses dez textos que apresentamos, esperamos com esse dossiê, que caminha um pouco na contramão ao optar por um recorte temporal e não temático como se fez costume, trazer ao público reflexões provocativas e instigantes sobre o período do Brasil colonial e imperial. Desejamos a todos e todas uma boa leitura!